

Interseções entre educação e política na obra de Demerval Saviani

Intersections between education and politics in the work of Demerval Saviani

ARTHUR BRENO STÜRMER¹

Resumo: Este texto tem o objetivo de explorar as interseções entre educação e política presente em três escritos de Demerval Saviani, em especial na obra *Escola e Democracia*. Trata-se de uma revisão teórica realizada em função de pesquisa de pós-graduação em torno do tema gestão escolar, com foco na gestão democrática da escola pública. A partir das obras mais significativas de Saviani, o presente artigo traz a essência de seu pensamento sobre educação e política. Salienta-se que tanto a educação quanto a política possuem suas especificidades que, embora distintas, formam uma unidade na corrente pedagógica denominada Pedagogia Histórico-Crítica. Conclui-se que educação e política, embora contraditórias, encontram-se juntas quando se busca implementar projetos de mudança da sociedade.

Palavras-chave: Democracia. Escola. Pedagogia Histórico-Crítica.

Abstract: This text aims to explore the intersections between education and politics present in three writings of Demerval Saviani, especially in the work *School and Democracy*. This is a theoretical review carried out in function of postgraduate research on the subject of school management, focusing on the democratic management of the public school. This article brings the essence of Saviani's thought about education and politics. It should be noted that both education and politics have their specificities which, although distinct, form a unity in a pedagogical current called Historical-Critical Pedagogy. It is concluded that education and politics, although contradictory, are found together when one tries to implement projects of change of the society.

Keywords: Democracy. School. Historical-Critical Pedagogy.

Introdução

O cenário político, social e institucional apresenta um acirramento dos debates em torno da relação entre educação e política, especialmente ao surgirem movimentos em defesa de uma educação neutra do ponto de vista político, ideológico e religioso. Nesse sentido, torna-se necessário revisitar alguns conceitos básicos no campo pedagógico. Em razão disso, há perguntas que devem ser repensadas antes de quaisquer polarizações: “o que é educação?”, “o que é política?”, “quais são suas especificidades e quais relações se estabelecem entre si?”. Ora, essas indagações devem ser refletidas, antes de se tecer os contrapontos a esses movimentos e, com eles, discutir sob um viés antidialógico.

¹ Doutorando em Geografia. Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Instituto Federal de Alagoas (IFAL); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: arthur.sturmer@gmail.com

Para isso, é preciso falar desses termos tão caros ao meio educacional, e por vezes esquecidos no cotidiano de professores e alunos. Com esta exposição não se quer reivindicar louros a uma ou outra – nova ou velha – pedagogia, mas sim esclarecer pontos fundamentais para discutir as interseções entre educação e política.

Assim, tomar-se-á como exemplo inicial a pedagogia tecnicista, sem, porém, deter-se a ela e, trazendo, também, importantes destaques a partir dos referenciais da Pedagogia Histórico-Crítica. A intenção é contribuir com os debates por outro caminho – o da reflexão sobre os pressupostos amplamente aceitos, mas frequentemente esquecidos. Deles o leitor terá uma noção logo após o contraste inevitável com o tecnicismo educacional, que será apresentado em linhas gerais.

Sobre o tecnicismo educacional seria apropriado falar mais em *ressurgência* que em qualquer termo que o ligue a alguma corrente inovadora. Ele aproxima-se do que se conhece no meio pedagógico e na história da educação brasileira como pedagogia liberal tecnicista. É um modo de conceber a educação escolar a partir de uma série de entendimentos acerca do que é a educação, para que serve a escola, como se relacionam seus sujeitos, além de fornecer uma visão que a atrela diretamente aos desígnios econômicos e ao modelo de sociedade que se quer reformar ou reconstruir.

Luckesi (2008) descreve a pedagogia liberal tecnicista como aquela que acredita ser a escola capaz de modelar o comportamento humano através de técnicas específicas. Os conteúdos de ensino são as informações, princípios científicos, leis e outros, ordenados em sequência lógica e psicológica por especialistas. E os métodos de ensino, tem os procedimentos e técnicas de transmissão/recepção de informações. A relação professor-aluno é marcada pela objetividade: o professor transmite a matéria e o aluno a recebe, aprende e fixa. Os pressupostos que identificam a aprendizagem são, dentre outros, a modificação do comportamento individual frente aos objetivos preestabelecidos.

Esta foi uma *tendência* introduzida ao final dos anos 1960 durante o regime militar, quando se queria inserir a escola nos modelos de racionalização do sistema capitalista de produção. Havia o desejo de se implantar uma escola apolítica e acrítica por um lado, e eficiente, racional e, literalmente, “técnica” (por exemplo, com a profissionalização obrigatória do 2º grau) por outro, o que revelava a adesão a uma concepção de educação instrumental a serviço do modelo político-econômico então vigente.

Havia a vinculação e subordinação explícita da educação à política, com uma impregnando a outra tanto através das políticas educacionais e das práticas educativas, que eram acompanhadas pelos tipos de conteúdos, métodos de ensino e avaliação, ou seja, as políticas econômicas e sociais tinham reflexos dentro da escola

e da sala de aula. Esse momento específico na história brasileira, no entanto, não ficou para trás. Permanece como referência para a prática docente e planejamentos educacionais, ainda que às vezes dissimuladas e pouco problematizadas.

Com essa hierarquização retornando fortemente à cena, enseja-se a reflexão e aprofundamento das discussões em torno da relação entre educação e política com vistas a qualificar não somente a debater no campo político e educacional, mas estimular leituras e análises em torno das diferentes “pedagogias”. Isso pode ser feito de diversas maneiras e sob inúmeros enfoques ou pontos de vista, conquanto aqui se adote o ângulo reservado ao educador, pedagogo e professor que busca a compreensão das interseções entre educação e política.

Acresce a essa ideia o descortinamento de que há influências mais ou menos diretas das políticas não-educacionais e até partidárias nas escolas, e que os movimentos que as rechaçam fazem algo semelhante ao criticá-las. O fato é que nenhum movimento surge do nada, das boas intenções para com a educação, ainda mais quando se pretende voltar à subordinação da escola e dos profissionais da educação nos moldes do tecnicismo educacional. De *brutum fulmen* a verdadeira bomba digital, os movimentos como Escola Sem Partido cumprem um papel importante de provocar o debate. Cabe à maioria compreender essa proposta e, inicialmente, refletir sobre a escola, a política, a educação (em sentido *lato*), a formação dos profissionais da educação, a relação pedagógica entre professores e alunos, dentre outros assuntos.

Neste breve espaço se afirma a relação estreita entre educação e política, apoiando-se em leituras abalizadas e na experiência de magistério para empreender o exercício de elucidação da própria prática docente. Elencam-se as características definidoras da educação e da política, sem apartá-las, como um recurso que se mostra útil não somente para fins didáticos, acadêmicos, mas também práticos, mostrando que educação e política são coisas diferentes, mas se complementam no fazer pedagógico, independente das concepções de educação, política e pedagogia que se adotem.

Demerval Saviani fornece material teórico precioso para este empreendimento. Não é o único ilustre no ramo a dispor-se como pensador e observador da realidade brasileira – sob uma perspectiva histórica – para concertar seu entendimento de como é possível ser um bom educador sem ser apolítico, neutro e ainda comprometer-se com causas sociais. Ele usa dos termos *competência técnica* e *compromisso político* para estabelecer um ponto de discussão conflitante quando procura o equilíbrio entre o campo da educação e o da política. Os mesmos, diz, andam juntos na prática educativa, embora isso não seja consenso na escola e na educação em geral.

É trabalhoso trazer à tona e à consciência de professores, educadores e pedagogos as implicações entre o que fazem na escola – seu cotidiano profissional – e o que lhes é proposto como diretrizes, orientações, bases, parâmetros curriculares e outras formas de direcionar a educação. Quem dirá fazer conhecidos os fins às vezes pouco claros da educação pública, não obstante sejam polemizados e rendam *estudos* sobre seus pressupostos e fundamentações. Estes representam a bagagem importante para adentrar em discussões aparentemente novas, todavia haverem sido abordadas vastamente por estudiosos há quatro décadas.

Logo o texto que se segue não irá tratar de coisas novas nem se esquivar de uma incursão em um tema não necessariamente polêmico, apesar de certamente instigante. Seu objetivo é explorar as interseções entre educação e política em três obras de Demerval Saviani, em especial *Escola e Democracia*, que é uma referência nos cursos de formação de professores, particularmente das licenciaturas.

Tendo sido originado de revisão teórica realizada em função de pesquisa em nível de pós-graduação sobre o tema gestão escolar democrática voltada à escola pública, o presente artigo traz a essência do pensamento de Saviani a partir de suas obras mais conhecidas e em escala nacional. As interseções entre educação e política interessam a leitores que são educadores formais e informais, professores de todo o Brasil, profissionais “fora da sala de aula” que exerça suas atividades ligadas ao magistério e população em geral que busca ampliar sua compreensão a respeito de uma temática que ganhou os holofotes e se transformou em pauta de discussão nas câmaras legislativas federal, estadual e municipal.

O texto está dividido em quatro partes, sendo a primeira dedicada a especificar a atuação *educacional* e a atuação *política*. A segunda concentra-se na definição de competência técnica e compromisso político, ambos no campo educacional. A terceira parte traz um pouco mais das contribuições de Saviani para a discussão da especificidade da educação escolar, que é quando o autor identifica a *educação* com uma *ação política*; claro, no sentido que ele a coloca: a tarefa de socialização do conhecimento entre as diferentes camadas da população. Abre-se a possibilidade, então, de, na quarta parte do artigo, conferir breve destaque à apreciação que outros educadores renomados fizeram acerca das contribuições de Saviani.

Para início de conversa, o assunto é polêmico

Lembra-nos Gandin (2001, p. 101) que, "para muitos professores, é um pouco escandaloso falar em política e educação no mesmo texto", ainda mais que a classe magisterial é visivelmente avessa à política ou a falar de política. Conquanto a educação brasileira goze de razoável nível de organização, durante a maior parte de sua história foi-lhes proibido falar de política. Envolver-se em política restringia-se a poucos. A consequência foi o estabelecimento do consenso em torno da questão, cujo resultado óbvio é o atual baixo interesse em discutir a temática, reforçado por

outros consensos exemplificados pela reprodução de lugares-comuns a informar que: "futebol, política e religião não se discutem"; "lugar de política é fora da escola", dentre outros. Por conseguinte, falar de educação e política seria algo reservado à esfera individual, às coisas do Estado ou à Igreja, mas não à esfera educacional ou aos profissionais da educação.

Com a Pedagogia Histórico-Crítica, o educador se vê diante de uma proposta em que se deparará com questões de ordem política ou que exigem um compromisso deliberado com a educação. Ao adotá-la, poderá perceber que educação e política têm pontos de convergência e constituem dimensões inseparáveis, porém distintas – "educação" e "política". Por isso há necessidade de defini-las no intuito de identificar cada qual na atividade educacional e, quem sabe, aceitando a existência – defendida por Saviani – de uma especificidade da educação (prática educativa) que não exclui a dimensão política.

A especificidade da Educação e da Política

Demerval Saviani é professor emérito da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisador emérito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" (HISTEDBR). Também é conhecido como eminente filósofo, historiador da educação e pedagogo. Através de diversas obras, buscou esclarecer, no campo da teoria educacional, as relações entre educação e política para além do alcance da mera – e indesejada – atuação política partidária na prática educativa e qual seria a especificidade da educação. Sua contribuição é das mais importantes e pode ser encontrada nas suas principais obras: *Educação: do senso comum à consciência filosófica* (1980), *Escola e Democracia* (1983) e *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações* (1991), todas com mais de 10 edições.

Aquela de maior repercussão no Brasil, *Escola e Democracia*, está na 41ª edição. Nela, Saviani reafirma não existir uma identidade entre educação e política, embora ambas se constituam em fenômenos inseparáveis e prevaleça a distinção entre a dimensão política na educação e a dimensão da própria prática educativa. Mas como então captar suas intersecções e intervenções recíprocas? O autor em questão fornece o primeiro passo: especificá-las. Saviani assegura que a interferência da política na educação e vice-versa só pode ser capturada quando as concebemos como distintas entre si, o que requer especificá-las:

a) a *educação*, alicerçada na persuasão (consenso, compreensão), acaba sendo uma "relação de hegemonia" e sua especificidade se define pelo caráter de uma relação travada entre contrários não-antagônicos;

b) a *política*, alicerçada na dissuasão (dissenso, repressão), por outro lado, é uma "relação de dominação" e sua especificidade se define pelo caráter de uma relação travada entre contrários antagônicos.

Por contrários *não-antagônicos* podem-se entender os conteúdos das disciplinas escolares ou o conhecimento em si, os quais os esclarecem acerca de um determinado objeto, e, portanto, são considerados "neutros", isto é, não concorreriam para outros fins que não o desenvolvimento e aperfeiçoamento da humanidade ao longo do tempo. Para que isso se realize, deve concorrer o esforço intencional voltado à construção de consensos baseados nos resultados da pesquisa científica.

Os contrários *antagônicos*, por sua vez, referem-se aos saberes não necessariamente externos às disciplinas escolares, mas que decorrem da crítica social realizada sobre os conteúdos, o que pode ser interpretado erroneamente como uma ação que ocorre posteriormente à prática educativa, mas que em verdade ocorre simultaneamente a ela. São os contrários antagônicos que geram conflito entre si, pois estão comprometidos com certa visão do mundo que se procura impor às pessoas, os educandos, promovendo e lançado mão, segundo Saviani, do dissenso e da repressão e, como constituem-se de conhecimentos parciais e interessados, orientam a prática educativa conferindo-lhe um sentido, uma razão ou um porquê.

Demerval Saviani, porém, faz ressalva de que a dimensão política da educação não escapa ou se divorcia da especificidade da prática pedagógica, sob pena de não se fazer educação, mas outra coisa. Portanto, fazer educação com uma dimensão política implica em subordinação da dimensão política à educação, o que vem de encontro às características da pedagogia tecnicista, vista anteriormente, e aproximada de uma tendência pedagógica progressista denominada "crítico-social dos conteúdos".

Em síntese, na atividade do professor em especial, convergem duas dimensões importantes para a manutenção da estrutura social: o saber educacional, disciplinar, intelectual e o saber político, sectário, dogmático. São dimensões que representam disputas em torno de saberes complementares entre si. Se a origem desses saberes é teórica ou prática, não vem ao caso, porque a atividade docente mescla tais saberes essenciais à prática social e os torna bem evidentes nas relações sociais travadas nas instituições escolares.

Interessa ressaltar que educação e política se interpenetram sem estarem isentas uma da outra; que, *por mais neutra que pareça a prática docente, ela carrega consigo um sentido político quando tomada em relação ao todo*, ainda que esse sentido não se revele, não seja intencional e passe despercebido pelo professor e demais educadores em seu dia a dia profissional. Particularmente em relação à política, ela mesma traz seu potencial educativo para a prática concreta, que

geralmente se converte em uma forma de educação complementar ao que vimos definindo como prática (especificamente) educativa.

Mesmo sem se falar em partidos políticos, só a política enquanto relação de dominação entre contrários antagônicos, entretanto, já denota a existência de um embate em potencial, que na escola pode acontecer, por exemplo, entre o saber sistematizado dos conteúdos escolares, a cultura escolar, a disciplina, normas, condutas e o saber não-sistematizado da experiência de vida, a cultura local, o modo de ser, se vestir e se comportar do aluno. Em outro plano de discussão, podem-se identificar como contrários antagônicos algumas religiões, partidos políticos, clubes de futebol, franquias de alimentação, empresas de eventos, dentre outros, cujo “relação de dominação” sobre o público estudantil é evidente, constante e, atualmente, onipresente através das redes de internet. Seu poder de dissuasão é incrivelmente expressivo entre crianças e jovens em formação, na escola e fora dela, e de modo insistente, mais comumente na forma de propagandas, pop-ups e anúncios de assistência obrigatória em vídeos.

Foi com muita propriedade que Milton Santos (2008) se referiu à informação tal como é oferecida hoje à humanidade como um dos fatores constitutivos da globalização em seu caráter perverso. Com duas caras, a informação busca instruir, mas, principalmente, convencer. Disse: “a cara do convencer se torna muito mais presente, na medida em que a publicidade se transformou em algo que antecipa a produção.” (SANTOS, 2008, p. 39-40). Enquanto violenta, a informação cria um novo “encantamento do mundo” que, somado à informação onipresente, gera uma força muitas vezes contrária à exercida pela escola e pela família, não obstante seja tolerada nestes e em outros ambientes, por descuido ou falta de entendimento da gravidade da situação.

Libâneo (2002) fora um dos primeiros a alertar que a educação não acontecia somente nos bancos escolares, pois há três “modalidades de educação”: informal, não-formal e formal. A informalidade da educação diz respeito ao baixo grau de intencionalidade e ausência de quadro institucional. Assim, a educação informal corresponde à impregnação do meio ambiente ao qual os indivíduos precisam se adaptar, o que acontece quando adquirem hábitos, comportamentos e modos de pensar e agir. Ela atravessa a educação não-formal e formal.

Quando falamos da informação, o grau de intencionalidade e institucionalização aumenta, sendo possível falar no papel dos meios de comunicação e na influência insidiosa da propaganda. Importa notar que se trata de uma educação não-formal, isto é, pouco estruturada e sistematizada, mas com caráter intencional, quer dizer, envolve relações pedagógicas. Quem não percebe como a programação dos canais do YouTube está, no mínimo, bem assessorada para oferecer conteúdos atraentes ao público que querem cativar? As empresas que os patrocinam não hesitam em apresentar seus produtos escancaradamente às crianças

da primeira infância à adolescência. Mais que as levar a consumir algo, competirem entre si ou imitar comportamentos padronizados, conduzindo-as a jornadas lúdicas infundáveis em que se exercitam no ato virtual de consumir, desfrutando, “descobrimo” e “lendo” o mundo de formas às vezes a surpreender seus pais.

Disso se conclui que “as relações entre educação e política se dão na forma de autonomia relativa e dependência recíproca” (SAVIANI, 1983, p. 92-93), com a educação ora se subordinando à política, ora ela própria contendo uma dimensão política. Como entes autônomos, a política também pode e frequentemente exerce uma função educativa. Em uma sociedade de classes, a prática política subordina a prática educativa, pois o primado da política reduz a margem de autonomia da educação.

Em se tratando da atuação promovida por entidades religiosas, partidos, clubes, etc. – como se mencionou acima – tem-se a educação não-formal e, então, uma linha muito tênue vem separar a educação da política, com esta assumindo algumas variantes. Um bom exemplo é quando há uma atuação de cunho político no ambiente escolar, público ou privado confessional, através da “modalidade” não-formal. Neste caso, a educação não-formal confunde-se com as outras duas “modalidades” (formal e informal). Surgem, aqui, duas possibilidades bem comuns: a) a educação não-formal vir a ser consolidada no currículo oficial, passando a compor a educação formal, da escola; b) a educação não-formal impregnar as atividades cotidianas da escola a ponto de as práticas educativas “cumprirem” um currículo oculto, funcionando, assim, como educação informal.

Percebe-se que a escola é um espaço propício à combinação das diferentes “modalidades de educação”, e não sendo apenas o lugar da educação formal e do currículo oficial; ou das práticas puramente educacionais e dos conteúdos cientificamente neutros. Na escola acontece educação e política mesmo que à primeira vista não pareça.

Essa foi uma constatação de Demerval Saviani que é extremamente útil para o momento atual. É didática e esclarecedora ao reafirmar as especificidades da educação e da política dentro de determinado contexto onde predomina – ou deveria predominar – a persuasão.

Competência técnica e compromisso político na educação

A prática educativa é uma ação coletiva destinada a cumprir os fins específicos da educação, os quais variam segundo as concepções pedagógicas vigentes em cada época e, principalmente, as opções políticas que com elas se afinam. Logo, os fins da educação dependem do papel que se atribui à educação em cada época, por cada sociedade, refletindo contextos históricos particulares nos quais a educação assume uma função política, *mas somente enquanto prática especificamente pedagógica* –

momento em que realiza sua contribuição política, ainda que condicionada por uma autonomia relativa em face da política, como foi dito acima.

Na obra *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*, Demerval Saviani discute com maior profundidade a problemática, explorando a relação, por vezes sutil, entre educação e política ao definir competência política e compromisso técnico.

Sendo a prática educativa do professor uma atividade com "um sentido político em si" – observado e desvelado na análise dessa prática "como um momento de uma totalidade concreta" (SAVIANI, 2003, p. 27) –, o compromisso político assume vital importância, porque confere um rumo à competência técnica, a qual corresponde à habilidade para realizar uma ação: "(...) a competência técnica significa o conhecimento, o domínio das formas adequadas de agir: é, pois, o saber-fazer". (Ibid., p. 36).

Assim, a competência técnica é uma das formas para se realizar o compromisso político:

A competência é mediação, isto quer dizer que ela está entre, no meio, no interior do compromisso político. (...) ela é, pois, instrumento, ou seja, ela não se justifica por si mesma, mas tem o seu sentido, a sua razão de ser no compromisso político (SAVIANI, 2003, p. 34-35).

Um exemplo de compromisso político que requer o contributo da prática educativa refere-se à superação do quadro de desintegração cultural brasileira, identificado por Saviani ao final da década de 1970. Ao observar a existência de diferentes graus de participação dos grupos (sociais) no usufruto dos bens culturais, compreendeu que os mesmos eram uma conquista de toda a sociedade, mas que apenas uma fração reduzida os acessava.

Vitor Paro (2001) colocou a apropriação da cultura como uma questão de luta por direitos:

é preciso reconhecer a importância de se lutar pela apropriação da cultura produzida historicamente, pois constitui direito do trabalhador ao consumo de algo que é produzido sempre à custa de seus esforços, nesta e em todas as gerações (PARO, 2001, p. 133).

A educação pode ter, assim, como uma de suas finalidades, promover a apropriação da cultura produzida historicamente, o que requer, nas condições atuais, mais que competência técnica. Isso já era verdadeiro quando Demerval Saviani dera relevo ao imperativo do compromisso político. Sua época foi marcada pelos altos índices de analfabetismo, semianalfabetismo e muitas dificuldades de acesso e permanência na escola, num Brasil em processo de urbanização e crescimento industrial intensos (no Eixo Rio-São Paulo), com grande parcela da população necessitando organizar-se para exigir do poder público direitos básicos

como: educação, moradia, saneamento e segurança, dentre outros, incluindo a participação política. Refletindo sobre o significado e papel da escola e também do saber escolar entre as populações dos grandes centros, defendeu que se garantisse às populações o acesso ao saber escolar enquanto instrução, disciplina e, principalmente, enquanto fonte de cultura geral – incluindo aí o conhecimento sistematizado de origem científica.

Segundo Saviani, caberia à educação desempenhar, então, "o papel de reforçamento dos laços sociais, na medida em que for capaz de sistematizar a tendência à inovação"², o que só seria possível "voltando-se para as formas de convivência que se desenvolvem no seio dos diversos grupos sociais estimulando-os na sua originalidade e promovendo o intercâmbio entre eles" (SAVIANI, 1986, p. 131).

Saviani e a especificidade da educação escolar

Levando-se em conta que a sociedade coloca a exigência do domínio de determinado tipo de conhecimento, o conhecimento sistematizado, a tarefa da educação será a de viabilizar o acesso a esse bem cultural que "integra o conjunto dos meios de produção" (SAVIANI, 2003, p. 143), razão pela qual socializar o conhecimento vem a ser uma ação política, pois em toda sociedade que se democratiza surge a necessidade de difundir o conhecimento às diferentes camadas sociais.

Tal entendimento aparece já nas primeiras produções teóricas de Saviani, cuja preocupação em conceber uma educação que atendesse a uma sociedade em processo de democratização. Nesse contexto, seria necessário instrumentalizar a população para uma nova realidade, onde o conhecimento é peça-chave tanto para a formação cidadã quanto para a sua inserção no mercado de consumo. Na melhor hipótese imaginada pelo autor, a população poderia receber uma formação adequada à participação política mais ampla, o que viria a ser alvo, por exemplo, da Campanha "Diretas Já" (1984). Educação e política se aproximariam no intuito de formar o cidadão e uma nova pedagogia precisaria dar conta de construir, no campo teórico, o encontro entre conhecimento sistematizado e participação social.

Adotando a ótica do professor, Demerval Saviani (1983) entendeu, em suas "onze teses sobre educação e política", que a realização da educação, em sua especificidade, cumpre sua função política. O que à primeira vista parece um reducionismo e mesmo um contrassenso ao quase identificar educação e política não o é em uma perspectiva histórica e dentro do contexto político-econômico e social em questão. A educação tecnicamente "competente" na transmissão-assimilação do saber sistematizado não só teria uma função política, como

² O termo *inovação* designa, aqui, mudança, novidade.

produziria efeitos significativos entre as massas até então semianalfabetas e submetidas à profissionalização obrigatória. Razão pela qual Saviani apostava no compromisso político do educador para que a escola pública cumprisse da melhor forma suas finalidades a ponto de ter uma importância política na sociedade. Explica-nos assim, em resumo, que o entrelaçamento da educação com a política se dá a partir da realização da educação no que lhe é específico – a socialização do conhecimento:

A importância política da educação reside na sua função de socialização do conhecimento. É, pois, realizando-se na especificidade que lhe é própria, que a educação cumpre sua função política. [...] [Por outro lado], ao se dissolver a especificidade da contribuição pedagógica anula-se, em consequência, a sua importância política (SAVIANI, 1983, p. 92).

Vale registrar que Saviani (2003, p. 15) aponta como especificidade da educação escolar a "transmissão-assimilação do saber sistematizado", que é "a atividade nuclear da escola". Quer dizer: ao se falar em educação, a preocupação com o ensinar e o aprender sobre o saber sistematizado deve se fazer presente e constituir o cerne de uma prática pedagógica compromissada – politicamente – com a (ampla) socialização do conhecimento.

Ao falar de conhecimento sistematizado, Saviani dirige seu olhar à escola, quer dizer, à educação formal, dada o alcance em potencial que possui para produzir as mudanças que a sociedade almeja. Isto não afasta qualquer reflexão acerca das possibilidades de que a educação, não-formal e informal, exerça semelhante função política, conquanto sua especificidade possa não ser a socialização do conhecimento sistematizado, como na educação formal, nem a aderência aos conteúdos do currículo oficial.

A “pedagogia dos conteúdos”

Na obra *Escola e Democracia*, observamos que a referência à "teoria da curvatura da vara" serve para justificar o posicionamento de Saviani relativo a um aspecto favorável à pedagogia tradicional e ao mesmo tempo um ponto contraditório: a valorização dos conteúdos. Moacir Gadotti (2004) compreendeu que a Pedagogia Histórico-Crítica buscava a medida certa entre a especificidade da educação e a importância conferida aos conteúdos:

Sua expectativa é que, com essa inflexão, a vara atinja, com o tempo, o ponto correto, que também não está em nenhum dos dois tipos de pedagogia [da Escola Nova ou da Tradicional], mas na “valorização dos conteúdos” e na “natureza específica da educação” (GADOTTI, 2004, p. 104).

A alegação de que a pedagógica histórico-crítica preocupava-se demasiado com "os conteúdos" rendeu-lhe a denominação de "pedagogia dos conteúdos". Com ela, todavia, se ressaltou de maneira explícita o compromisso político da educação, em especial aquela voltada às classes populares:

A pedagogia dos conteúdos, de sentido crítico-social, afirma que a emancipação das camadas populares requer o domínio dos conhecimentos escolares como requisito essencial para a compreensão da prática social, vale dizer, do movimento de desenvolvimento histórico do povo (LIBÂNEO, 1990, p. 72).

Cipriano Luckesi (2008) se referiu à Pedagogia Histórico-Crítica já como *tendência* pedagógica progressista na prática escolar. Abaixo se descrevem nove aspectos dessa pedagogia/tendência que auxiliam na percepção das relações entre educação e política.

TENDÊNCIA PROGRESSISTA “CRÍTICO-SOCIAL DOS CONTEÚDOS”			
	Aspecto	Descrição	Função política da educação
1	Papel da escola	Difusão de conteúdos	- Servir aos interesses populares - Preparar para a participação organizada e ativa na democratização da sociedade.
2	Conteúdos	Conteúdos culturais universais incorporados pela humanidade face às realidades sociais.	- Associar os conteúdos à sua significação humana e social. - Passar da experiência imediata e desorganizada ao conhecimento sistematizado.
3	Postura	Reavaliação críticas dos conteúdos.	Proporcionar elementos de análise crítica para ultrapassar a experiência, estereótipos e pressões difusas da ideologia dominante.
4	Métodos	Partem da relação com a experiência do aluno, confrontada com o saber sistematizado.	Favorecer a correspondência entre conteúdos, interesses dos alunos e realidade (prática social).
5	Relação prof.-aluno	- Diretiva e dialógica. - Aluno é sujeito do conhecimento e tem participação ativa. - Professor é mediador. - Há colaboração mútua	- Provocar a <i>ruptura</i> em relação à experiência pouco elaborada, i.e., passar da experiência imediata ao conhecimento sistematizado.

		nas trocas entre meio (natural, social, cultural) e sujeito.	Experiência sincrética + Mediação = Análise da prá. soc. → Visão sintética.
6	Aprendizagem	- Aquisição da visão mais clara e unificadora da realidade (síntese). - Apoiada em estrutura cognitiva já existente ou criada com o professor.	Ampliar a experiência do aluno a partir dos conteúdos e modelos sociais trazidos pelo professor.
7	Avaliação	Comprovação da capacidade de processar informações, lidar com estímulos do ambiente e organizar dados da experiência.	Contribuir para o progresso em direção a noções mais sistematizadas.
8	Manifestações	- Interação conteúdos-realidade social. - Articulação do político e do pedagógico.	- Garantir a participação do aluno. - Avançar na democratização efetiva do ensino para camadas populares.
9	Autores	Saviani, Snyders, Charlot, Makarenko, Suchodolski, profs. da rede pública,	- Pesquisa e elaboração de propostas de pedagogia dos conteúdos. - Adoção de métodos participativos.

Org.: O AUTOR, baseado em Luckesi (2008).

A pedagogia crítico-social aposta na competência técnica do professor para que a educação cumpra sua função política, com a ressalva de que o político venha como extensão do campo pedagógico. Em resumo, o professor contribui de modo eficaz para a transformação da sociedade à medida que compreenda os vínculos entre sua prática com a prática social global. Espera-se, sim, que o mesmo domine os conteúdos e as formas de transmissão – que garantem a competência técnica –, mas que também tenha em vista objetivos maiores, tais como propôs Saviani (1983): democratizar a sociedade brasileira, atender aos interesses das camadas populares e transformar estruturalmente a sociedade brasileira.

Considerações finais

Com Demerval Saviani podemos distinguir nitidamente qual é o domínio da competência técnica – a transmissão do saber – na sua relação com o compromisso político – de promoção da "socialização do saber sistematizado" (SAVIANI, id., p. 14). Não há dúvidas de o compromisso político de que falava difere do que hoje se

procura ver como partido, ideologia, etc. na escola, atacando-se a figura imaginada de um professor opressor.

Na Pedagogia Histórico-Crítica, ou pedagogia crítico-social dos conteúdos, o compromisso político é condição do exercício da profissão; é concreto, objetivo: implica no engajamento do professor e demais educadores na implementação de projetos de mudança da sociedade. Mudança cujo ponto de partida é a realidade social dos alunos, que dá vida e concretude aos conteúdos. Assim o professor, para ser mediador, precisa conhecer o estilo de vida dos alunos, tomar consciência dos contrastes entre sua cultura e a dos alunos, admitindo e se abrindo ao confronto com a experiência pouco elaborada que todo aluno traz consigo. Mais que isso, é preciso ir além da transmissão dos conteúdos, porque se exige o movimento da ação à compreensão, e da compreensão à ação, até que os alunos consigam analisar criticamente sua sociedade e dela participar ativamente, inclusive nos processos de democratização.

Por fim, a relação entre educação e política encerra uma lição de Filosofia da Educação, explicada aqui por Danilo Gandin (Id., p. 54): "uma educação existe sempre para algo, não existe em si mesma, mas está relacionada a uma concepção de sociedade, à construção de uma sociedade". Se, no caso, esta é a sociedade *democrática*, é patente ainda está em construção, o que confere atualidade à Pedagogia Histórico-Crítica, à obra de Demerval Saviani e às práticas educativas que contrabalanceiam educação e política ao valorizar a escola como instrumento de apropriação do saber pelas camadas populares.

126

Referências

- GADOTTI, M. A preocupação com a especificidade da educação: a "pedagogia dos conteúdos". In: *Pensamento pedagógico brasileiro*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004. p. 99-113. (Série fundamentos, 19).
- _____. Demerval Saviani: a especificidade da prática pedagógica. In: *História das ideias pedagógicas*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005. p. 264-266. (Série educação).
- GANDIN, D. Educação política na escola. In: *Escola e transformação social*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 101-112.
- LIBÂNEO, J. C. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. 16. ed. São Paulo: Loyola, 1990. (Col. Educar, v. 1).
- _____. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LUCKESI, C. C. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 53-75. (Col. Magistério. 2º grau. Série formação do professor).
- PARO, V. H. Políticas educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. In: *Escritos sobre educação*. São Paulo: Xamã, 2001. p. 121-139.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.
- _____. Educação brasileira: problemas. In: *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 8. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. p. 120-132. (Col. Educação)

STÜRMER, A.

contemporânea).

_____. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Col. Educação contemporânea).

Submissão: 24. 12. 2018 / Aceite: 18. 07. 2019